

ANEXO VI

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

Denominação Social:

Número de Identificação Fiscal
(NIF):

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário (a) no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representadaⁱⁱ:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissionalⁱⁱⁱ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional^{iv} v];

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos^{vi};

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho^{vii};

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal]^{viii};

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da Internet onde podem ser consultados^{ix}] os documentos comprovativos de que a sua representada^x não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[data] [Assinatura^{xi}]

Data

Assinatura do Concorrente/ Representante Legal

-
- i Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas
 - ii No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"
 - iii Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
 - iv Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
 - v Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva
 - vi Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
 - vii Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
 - viii Declarar consoante a situação
 - ix Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
 - x No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
 - xi Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.